

A DÍVIDA PÚBLICA COMO TEMA TRANSVERSAL/POLÍTICO-SOCIAL EM AULAS DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

PUBLIC DEBTS HOW TRANSVERSE/SOCIAL-POLITICAL THEME IN A MATHEMATICS CLASSROOMS IN A FUNDAMENTAL SCHOOL

Elizabeth Mattiazzo-Cardia¹
Renata Ueno², Mara Sueli Simão Moraes³

¹ UNESP/Pós Graduação em Educação para a Ciência/Faculdade de Ciências, beth@cardia.com.br

² UNESP/Pós Graduação em Educação para a Ciência/Faculdade de Ciências, urenata@itelefonica.com.br

³ UNESP/Departamento de Matemática/Faculdade de Ciências, msmoraes@fc.unesp.br

Resumo

Propõe promover a discussão da Dívida Pública brasileira, tratando-a como Tema Transversal/Político-Social e como eixo estruturador no ensino do conteúdo Tratamento da Informação, desenvolvido em aulas de Matemática, com alunos das oitavas séries do Ensino Fundamental. Os conteúdos do bloco Tratamento da Informação previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais são importantes para a interpretação e análise de fatos ou fenômenos e, desta forma, podem ser utilizados, interdisciplinarmente com conteúdos de História e Geografia, para tratar a Dívida Pública em seus aspectos qualitativo (causa, origem, legitimidade, conseqüências) e quantitativo (valores absolutos e relativos no orçamento da União).

Palavras-chave: Temas Transversais, Temas Político-Sociais, Dívida Pública, Tratamento da Informação, Estatística.

Abstract

The present proposal intends to promote the Public Brazilian Debts's discussion, its origins, causes, legitimacy and consequences for the peoples life, taking this discussion how transverse theme and how structural axis teaching of mathematic content Handling Information, developed in a mathematics classrooms, in a fundamental school, with the eighth series's students. Contents how percentage, medias, interests and statistic are important for the facts or phenomena interpretation and analisis and, by this means, are used, interconnecting with history and geographical contents, for treating the public debts in its qualitatives aspects (cause, origin, legitimacy, consequences) and quantitatives aspects (absolute and relative values in Federal Budget).

Keywords: Transverses-themes, Social-politicals themes, Public Debt, Statistic.

INTRODUÇÃO

Desde a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais no Brasil, os temas transversais têm sido alvo de estudos, pesquisas e debates. Ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluraridade cultural, trabalho e consumo vêm sendo abordados, em nossas escolas, permeando o ensino dos conteúdos tradicionais como a língua portuguesa, língua estrangeira, matemática, ciências, história, geografia, arte e educação física.

A introdução dos temas transversais, cujo elenco varia de nação para nação, no ensino teve o objetivo de garantir aos estudantes uma formação completa e adequada à vida atual, uma possibilidade de superação dos limites impostos pelo estudo dos assuntos clássicos, ou

tradicionais, que, embora necessários, não são suficientes para preparar o estudante para os desafios de hoje.

A proposta descrita neste artigo apresenta duas novidades em relação ao que vem sendo desenvolvido em nossas escolas: uma delas é a adoção de **temas transversais/político-sociais como eixos estruturadores** em torno dos quais devem ser alocados os conteúdos curriculares, em oposição ao que rotineiramente é levado a efeito nas escolas brasileiras, em que os temas transversais perpassam os conteúdos curriculares sem o compromisso de direcionar os estudos; a outra novidade é a escolha do tema: **dívida pública**. Trata-se de extrema relevância a compreensão, por parte dos cidadãos, deste assunto, responsável direto pela maior parte dos problemas que afetam a vida econômica e social dos brasileiros.

Não seria possível tratar, criticamente, da dívida pública, sem lançar mão do conhecimento dos fatos históricos que a geraram, razão pela qual a interdisciplinaridade se faz necessária e será explicitada.

O projeto destina-se a alunos de 8ª série do Ensino Fundamental que poderão tratar da Dívida Pública brasileira em aulas de Matemática, servindo de eixo estruturador ao conteúdo Tratamento da Informação. Por ser inovadora, a proposta exige aperfeiçoamento e o objetivo da divulgação deste trabalho é o de submetê-lo à crítica dos interessados numa escola em que a construção da cidadania não seja uma mera expressão aposta nos projetos pedagógicos e sim uma postura de fato adotada por aqueles que nela labutam.

TEMA TRANSVERSAL/POLÍTICO-SOCIAL COMO EIXO ESTRUTURADOR

Segundo Moreno (2001, p.25), a herança cultural que nossos antepassados nos deixaram apontam o estudo da língua, da literatura, da matemática e das ciências, das artes e das ciências sociais como clássicos, desde os gregos, a serem desenvolvidos nas escolas ao longo dos anos em que o ser humano, em formação, nela permanece. No entanto, vários outros saberes também são importantes e necessários para o completo desenvolvimento dos estudantes.

Assim, conforme Araújo (2001, p.12), educadores no mundo todo, organizados, defenderam e conquistaram dos diversos governos a inclusão, nas grades curriculares, de temas diversos como ética, educação ambiental, educação para a paz, educação sexual, educação para a saúde, trabalho, consumo e alguns outros. Embora variando um pouco de país para país, em comum todos esses temas têm o objetivo de transformar os conteúdos clássicos em conhecimentos úteis para a vida, capazes de dar condições culturais, tecnológicas e políticas para que o ser humano possa enfrentar e resolver os graves problemas que assustam a humanidade nos dias de hoje. Foi dado a estes temas o título de “temas transversais”, entendendo-se que deveriam ser desenvolvidos “transversalmente” ao ensino tradicional. Porém, há várias formas de se realizar isso, dependendo do projeto da escola ou da política educacional de cada país.

Uma das formas de viabilizar o estudo dos temas tradicionais e dos temas transversais, coloca os primeiros como eixos a nortear o desenvolvimento dos segundos, podendo estes se relacionarem com aqueles intrinsecamente ou pontualmente, em cada disciplina ou interdisciplinarmente. Essa tem sido a concepção mais frequentemente adotada em nossas escolas, em que os temas transversais tem sido abordados através de atividades específicas, permeando o ensino dos conteúdos tradicionais, quer relacionando-se com eles, quer representando uma pausa na programação.

Outra forma, uma concepção que vem sendo gradativamente adotada, notadamente na Espanha, e que tem, no Brasil, Moraes (2003) como defensora, é aquela que coloca os temas transversais como eixos a direcionar os demais estudos. A construção da cidadania ou a ética, por exemplo, não poderiam, nessa concepção, ser um tema a ser tratado numa atividade específica, e sim eixos a nortear todos os demais estudos realizados pelos alunos.

De acordo com Moraes (2002), os temas transversais, político-sociais, devem ser os eixos

estruturadores em torno dos quais devem ser alocados os conteúdos curriculares, aprofundando os conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade. Moraes enfatiza “*as implicações dessas propostas para a construção de uma realidade educacional transformadora, voltada aos aspectos políticos, sociais e culturais de interesse para a sociedade brasileira*”(2002).

É segundo essa concepção que o tema Dívida Pública pode ser utilizado no ensino de conteúdos de Matemática relacionados com o Tratamento da Informação, vinculando-os ao estudo dos fatos históricos relevantes para a compreensão do surgimento da Dívida em nosso país.

RAZÕES PARA CONHECER DADOS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

O artigo 6º da Constituição Federal do Brasil afirma que “*São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*”.(BRASIL, 2004,p.13)

Apesar do texto constitucional, vê-se, a cada ano mais agravada, a insuficiência e, em muitos casos, a ausência, das providências do Estado para que os direitos previstos no artigo sexto sejam garantidos aos cidadãos do país. O descumprimento do que preceitua a Lei Maior vem gerando a formação de imenso contingente de cidadãos que se encontram excluídos de qualquer proteção social, a quem é negada a satisfação das necessidades mais elementares e a quem, em número alarmante, é negado até o direito à vida.

Esse quadro de grande injustiça social tem como uma das causas a necessidade de se garantir, nos orçamentos públicos, superávits para o pagamento dos serviços da dívida pública, interna e externa. E, como conseqüências, o desemprego, a fome, a miséria e a violência, agravando de forma significativa as condições de ensino e de aprendizagem no ambiente escolar. Responsável pelo consumo de grande fatia do Orçamento da União, a dívida pública torna-se geradora da extrema miséria em que vivem muitos milhões de brasileiros neste país que ocupa destacada posição entre os mais ricos do mundo. Por essa razão, o exame criterioso do tema é questão de extremo interesse da população.

É papel fundamental da escola promover esse exame. Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental, entre outros, que os alunos sejam capazes de:

compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; (BRASIL, 1998, p.7)

conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país; (1998, p.7)

saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;(BRASIL, 1998, p.8)

A mesma fonte (PCN) discorre sobre a Matemática e a Construção da Cidadania

[...]é importante salientar que a compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais dependem da leitura crítica e interpretação de informações complexas, muitas vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e

índices divulgados pelos meios de comunicação. Ou seja, para exercer a cidadania é necessário saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente etc. (BRASIL, 1998, p.27)

Sobre a Matemática e os Temas Transversais, o documento oficial PCN traz:

Os conteúdos matemáticos estabelecidos no bloco Tratamento da Informação fornecem instrumentos necessários para obter e organizar as informações, interpretá-las, fazer cálculos e desse modo produzir argumentos para fundamentar conclusões sobre elas. Por outro lado, as questões e situações práticas vinculadas aos temas fornecem os contextos que possibilitam explorar de modo significativo conceitos e procedimentos matemáticos (BRASIL, 1998,p.29)

O montante da dívida líquida do setor público, em maio de 2005, chegou a 887,93 bilhões de reais, conforme notícia publicada no Jornal da Cidade do dia 21.06.05, na página 16. O mesmo jornal, em 30.04.05, informou, à página 25, que a dívida do setor público atingira, em março, a marca de 50,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A maior parte da população não conhece as verdadeiras causas desta dívida nem tampouco compreende o seu valor. No entanto, o seu dia-a-dia é fortemente condicionado por ela. Decisões dos credores do país definem desde o preço dos elementos que constituem necessidades básicas na alimentação da população até questões como política educacional e regras para aposentadoria.

Como pode, então, ser completa a formação do cidadão se não for dado a ele a oportunidade de conhecer fatos importantes a respeito das políticas que influenciam a sua vida cotidiana?

A escola é o espaço adequado a esta discussão, por várias razões: ou porque esse conhecimento não pode ser superficial, panfletário ou tendencioso e a escola tem a obrigação de evitar tudo isso, garantindo aos alunos a seriedade necessária ao debate ou porque já é tradição, em nosso país, a utilização do ambiente escolar como meio seguro de alcançar as maiorias (utiliza-se a escola em todas as campanhas de massa, como as de vacinação, por exemplo). Na escola, a Matemática e a História oferecem excelentes instrumentos para o entendimento do tema sugerido.

A EXECUÇÃO DA PROPOSTA

Este conjunto de atividades para o ensino de Matemática insere-se no conjunto de trabalhos que vêm se desenvolvendo no Brasil, a exemplo de Alonso (2004) e de Ueno (2004), ambos sob orientação de Moraes, tendo como fio condutor os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, apoiando-se em ensinamentos de seu fundador, Dermeval Saviani, e de seus seguidores, para quem

[...]faz-se necessário retomar o discurso crítico que se empenha em explicitar as relações entre a educação e seus condicionantes sociais, evidenciando a determinação recíproca entre a prática social e a prática educativa, entendida, ela própria, como uma modalidade específica da prática social. (SAVIANI, 2000a, prefácio à 7ª ed)

O projeto destina-se a alunos de oitava série do Ensino Fundamental e sua aplicação deve contemplar o cuidado do professor ou professora para garantir o tratamento sistematizado e científico aos conteúdos matemáticos do bloco Tratamento da Informação, no que se refere à Estatística, tais como: conceitos de População e Amostra, de Variáveis Discretas e Contínuas; as utilidades da coleta e organização dos dados em Tabelas e Gráficos; os diversos tipos de gráficos como os de Barras, de Colunas, de Setores, de Linhas e Histogramas; os conceitos de Freqüências Absoluta, Relativa e Acumulada; as Distribuições de Freqüências; as Medidas de Tendência Central como Médias, Modas e Medianas e as Medidas de Dispersão como o Desvio-Padrão e a Variância.

Ao longo das aulas, haverá oportunidade para revisão dos seguintes conteúdos: Razões, Regra de Três Simples, Porcentagens, Juros e Amortizações.

As atividades podem ser iniciadas com os alunos respondendo a um questionário que tem como objetivo levantar o seu conhecimento sobre a Dívida Pública (Anexo I). Esse questionário deve ser retomado, nos momentos oportunos, durante o decorrer das aulas, para que as respostas recebam tratamento estatístico, oportunidades em que as questões devem ser revistas de modo a ocorrer a discussão sobre causa, origem, legitimidade e conseqüências do endividamento do país.

Seguindo esse eixo estruturador, o professor ou a professora deve apresentar e/ou desenvolver os conceitos de: Dívida Pública, Distinção entre Dívida Interna e Dívida Externa, Produto Interno Bruto, Orçamento, Superavit e Deficit, Superavit Primário, Risco-país, Risco-Brasil, Desvinculação das Receitas da União (DRU), Seguridade Social e outros conceitos, que estão diariamente nos jornais e na televisão, vinculados à relação entre os órgãos públicos e seus credores.

Para melhor compreensão do assunto, os alunos devem ler e discutir, em grupos, textos com informações histórico-geográficas a respeito da formação da Dívida Pública brasileira ao longo do tempo.

No Anexo II, encontram-se exemplos de atividades e exercícios que podem ser desenvolvidos em sala de aula pelos alunos. Esses exemplos, que não esgotam o assunto, têm a finalidade de fixar o conteúdo aprendido (Tratamento da Informação) ao mesmo tempo em que fornecem elementos para que o tema transversal político-social escolhido como eixo estruturador, no caso **a Dívida Pública**, seja discutido pela classe.

O acompanhamento do assunto através de jornais, de dados oficiais obtidos na página do Ministério da Fazenda na internet e em revistas permitirá ao professor ou professora manter os dados atualizados, com a participação dos alunos.

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

Uma aplicação-piloto foi realizada, pela Profa. Elizabeth Mattiazzo-Cardia, numa sala de licenciandos em Ciências durante o quarto bimestre de 2002. Tratando-se de classe de futuros professores, a experiência justificou-se por abordar, a um só tempo, o Tratamento da Informação e uma nova forma de ensinar, ou seja, o conteúdo matemático e o conteúdo de inovadora prática didático-pedagógica.

Foi muito positiva a realização dessa proposta. Num ano em que a Dívida Pública brasileira quase dobrava de valor, em meio a turbulências do “mercado” (esse misterioso ser, do qual todos ouvem falar e sobre o qual quase nenhum cidadão sabe dizer algo), o interesse da maior parte dos alunos foi muito grande. Também foi muito positiva a constatação de que a experiência serviu para ampliar os conhecimentos dos alunos sobre o país em que vivem, obrigando-os a refletir sobre as verdadeiras causas dos graves problemas que assustam os cidadãos na atualidade: inflação, desemprego, insatisfação com os serviços públicos, insegurança quanto ao futuro e muitos outros.

A tarefa exigiu muita pesquisa em fontes fidedignas para compor os dados dos exercícios preparados para cada aula. As informações que são disponibilizados para a sociedade, nos meios de comunicação, muito raramente mostram, ao mesmo tempo, aspectos que precisam ser comparados, para uma compreensão mais realista dos fatos. Por exemplo, quando os jornais estampam em manchetes os valores das dívidas, nunca comparam esses números com os valores que o Estado gasta com Educação ou com Saúde. O cruzamento das informações e a comparação dos dados foi um dos desafios enfrentados pela professora.

Como sugestão recebida dos alunos, futuros professores, para o aperfeiçoamento da proposta, destaca-se o cuidado para evitar o cansaço dos alunos das oitavas séries com a utilização de um único tema transversal político-social para trabalhar todos os conteúdos da Estatística, razão pela qual convém mesclar os problemas relacionados à Dívida Pública com outros, também de caráter político-social.

No Ensino Fundamental, a proposta foi aplicada, pela Profa. Renata Ueno, em uma oitava série de uma escola pública no final do segundo e no terceiro bimestres do ano letivo de 2005.

A proposta de realizar um trabalho com Temas Transversais, mais precisamente o Tema Político-Social Dívida Pública como eixo para o ensino do Tratamento da Informação, buscava a formação de indivíduos transformadores e comprometidos com a realidade em que vivem. As atividades foram planejadas de modo a discutir não apenas a Estatística, como também a nova forma de abordar este conteúdo, por meio da questão da Dívida Pública.

Trabalhou-se pouco mais de dois meses e foi possível perceber que, apesar do entusiasmo demonstrado pelos alunos, para desenvolver estas atividades o tempo foi curto e, por isso, pretende-se continuar sua aplicação no decorrer do ano letivo. Algumas atividades necessitam de tempo maior para comentar os temas contidos nas mesmas.

Algumas atividades, por conter assuntos mais específicos referentes à Dívida Pública (reflexos nas questões da Seguridade Social, por exemplo) exigiram da aplicadora algum estudo. Por isso, sempre que necessário, procurava a professora de Geografia ou realizava pesquisas na biblioteca da escola para que estivesse melhor preparada em comentar estes assuntos em sala de aula.

Este trabalho não impediu que o Plano de Ensino dessa série fosse cumprido, porque o conteúdo Tratamento da Informação faz parte do mesmo, apenas foi necessária uma alteração de sua ordem.

Verificou-se, com o desenvolvimento destas atividades, um elevado interesse por parte dos alunos em relação aos temas abordados. São temas que eles não imaginavam ser possível trabalhar nas aulas de Matemática.

O envolvimento por parte dos alunos foi satisfatório. Eles trabalharam em grupos com o objetivo de que ocorresse a interação entre os participantes e que as discussões sobre os temas abordados e sobre o conteúdo matemático tornasse mais fácil a sua compreensão.

Acredita-se que houve melhoria em relação à aprendizagem do conteúdo matemático e que este trabalho colaborou para o desenvolvimento de outras habilidades, que poderão garantir o sucesso dos alunos futuramente.

De maneira geral, os alunos acharam muito válido trabalhar o tema Dívida Pública. Grande maioria não conhecia tais assuntos e, segundo relatos, poucos têm a oportunidade de comentar estes assuntos em casa. Relataram, ainda, que as aulas de Matemática ficaram mais interessantes pelo fato de trabalhar, por meio de outros temas, o conteúdo matemático.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U.F. Apresentação à edição brasileira. In: BUSQUETS, M. S. et al. **Temas Transversais em Educação**. 6^aed. São Paulo: Ática, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34ed. São Paulo: Saravia, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA/SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL **Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal**. Brasília, DF, dez. 2003, disponível na internet em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/gestao_orcamentaria.asp, acesso em 07.04.2004.
- CARNEIRO, M.L.F. **Auditoria Cidadã da Dívida** –Cartilha da Campanha Jubileu Sul para o Fórum Social Mundial 2002. Belo Horizonte: 2001.
- GONÇALVES, R. e POMAR, V. **O Brasil Endividado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- MENDES, Jr. e MARANHÃO, R. **Brasil História – texto e consulta**. V.3: *República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MORAES, M. S. S. **Temas Transversais em Educação**. Ementa de disciplina do Curso de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da UNESP. Bauru: 2002.
- MORAES, M. S. S.; et al. **Temas Político-Sociais/ Transversais na Educação Brasileira**: o discurso visa à transformação social? In: *Ciência Geográfica*. Bauru, n 2, v. IX, maio/agosto, 2003. p.199-204.
- MORENO, M. Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, M. S. et al. **Temas Transversais em Educação**. 6^aed. São Paulo: Ática, 2001.
- SILVA, J. **História do Brasil para a quarta série ginasial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- SUPERÁVIT da Seguridade Social aumenta e sustenta ajuste fiscal da União. **Revista de Seguridade Social ANFIP**, Brasília, Ano XI, n.77, julho/setembro, 2003. p.37-39.
- UENO, R. **Temas Político-Sociais no Ensino de Matemática**. 2004. 196f Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2004.
- www.divida-auditoriacidada.org.br, acesso em 20.08.05.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO INICIAL

As questões abaixo têm o objetivo de pesquisar o seu conhecimento a respeito do tema **DÍVIDA PÚBLICA** e servirão para nortear os trabalhos em sala de aula. Não se preocupe com **CERTO** ou **ERRADO**. Não é isso que está sendo examinado. Preocupe-se apenas em responder, individualmente, com honestidade e tranquilidade.

DÍVIDA PÚBLICA é aquela contraída pelo Governo
(Federal, Estadual ou Municipal)

1. A **DÍVIDA PÚBLICA** brasileira vale aproximadamente:
 - menos de 900 milhões de reais
 - entre 2 bilhões de reais e 10 bilhões de reais
 - aproximadamente 40 bilhões de reais
 - entre 40 bilhões de reais e 600 bilhões de reais
 - mais de 600 bilhões de reais
2. O Brasil deve:
 - para credores estrangeiros
 - para credores brasileiros
 - estão corretas as duas alternativas anteriores
 - nenhuma das alternativas anteriores
3. A Dívida Pública brasileira:
 - é um fenômeno recente (tem menos de 50 anos)
 - é um fenômeno antigo (tem mais de 100 anos)
 - é um fenômeno que tem entre 50 e 100 anos
4. Para tomar empréstimos, o Brasil oferece uma taxa de juros que vale aproximadamente:
 - entre 5% e 10% ao ano
 - entre 11% e 14% ao ano
 - entre 15% e 24% ao ano
 - mais de 25% ao ano
5. O Brasil é um país:
 - pobre
 - rico
 - nem pobre nem rico
6. Para pagar a sua Dívida Pública, o Brasil deve (assinale mais de uma resposta, se achar necessário):
 - aumentar exportações
 - aumentar importações
 - diminuir despesas sociais (saúde, educação, segurança, etc)
 - reavaliar os valores da dívida e dos juros
 - dar alguns “calotes”
 - combater a corrupção
 - nenhuma das anteriores
 - sugestões suas: _____
7. Escreva V (verdadeiro) ou F (falso)
 - Estados e Municípios também possuem Dívidas Públicas
 - As empresas particulares nada têm a ver com a Dívida Pública
 - A Dívida Pública não afeta a vida do cidadão comum
 - A Dívida Interna é maior que a Dívida Externa
8. Assinale fatores que, na sua opinião, são responsáveis pela Dívida Pública brasileira:

- () falta de alimentos no país
 () corrupção
 () o “deficit” da Previdência
 () a violência, que obriga a compra de muitas armas
 () taxas de juros muito altas
 () grandes investimentos (usinas, estradas, tecnologia, etc)
 () guerras em que o país participou
 () calamidades naturais (furacões, vulcões, enchentes, seca, etc)
 () outros; especifique: _____

9. Cite alguns credores do Brasil: _____

10. Os empréstimos feitos pelo Brasil trouxeram algum benefício para a população? E algum prejuízo? Dê exemplos: _____

ANEXO II – Atividades

Exercício 1 – Pesquisem nos jornais e escrevam os valores das dívidas interna e externa nesta semana.

Dívida interna:	bilhões de reais
Dívida externa:	bilhões de reais
Dívida total:	bilhões de reais

- a) Representem estes dados num Gráfico de Setores.
 b) Escrevam, com algarismos, o número “um bilhão”.
 c) Descrevam como vocês gastariam 1 bilhão de reais, dando valores aproximados para os itens que vocês listarem.
 e) Expliquem porque o valor da dívida externa varia de um dia para outro.

Exercício 2 - A tabela abaixo mostra a evolução da dívida externa, no período de 1985 a 2000, com os juros e as amortizações pagos (valores em bilhões de dólares), conforme dados apresentados por Carneiro (2001, p.14).

Ano	Dívida Externa Total	Juros pagos	Amortizações Pagas
1985	105,17	9,66	8,49
1990	123,40	49,75	8,83
1995	159,26	8,16	11,02
2000	236,16	13,97	31,69

- a) Construam um gráfico de barras (ou de colunas) superpostas, mostrando, ano a ano, o que se pagou de juros e de amortizações.
 b) Comparem, ano a ano, através de porcentagens, o que se pagou (juros + amortizações) com o total da dívida.
 c) Procurem explicar porque a dívida não diminui com os pagamentos efetuados.
 d) Na vida cotidiana, há situações semelhantes? Alguém do grupo conhece casos de pessoas ou famílias que não conseguem livrar-se das dívidas, por mais que façam amortizações? Que cuidados uma pessoa deve tomar ao contrair uma dívida se deseja que um dia ela seja liquidada?

Exercício 3 - A tabela abaixo mostra a execução do Orçamento da União no final de 2003 para alguns itens selecionados de despesas. Construam um gráfico de colunas para representar os itens do orçamento e os valores realizados. (Dados extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal)

Itens do Orçamento	Realizado (R\$ mil)
Segurança Pública	2.405.122
Assistência Social	8.416.353
Saúde	27.171.847
Educação	14.224.272
Cultura	231.343
Urbanismo	342.852
Habitação	122.255
Saneamento	58.683
Gestão Ambiental	947.750
Ciência/Tecnologia	1.993.197
Agricultura	6.505.713
Organização Agrária	1.429.517
Energia	3.905.492
Sub-total	67.754.396
Serviço da dívida interna	107.579.138
Serviço da dívida externa	24.912.002
Serviço da dívida – total	132.491.140

Formem razões e calculem as porcentagens relacionando:

- despesas com Saúde e Assistência Social com o Serviço da dívida
- despesas com Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia com o Serviço da dívida
- despesas com Urbanismo, Habitação, Saneamento e Gestão Ambiental com o Serviço da dívida
- despesas com Agricultura e Organização Agrária com o Serviço da dívida
- Considerando os dados da tabela, qual despesa teve prioridade nos gastos do Governo?
- Na opinião do grupo, os investimentos públicos em Saúde, Educação, Habitação e Saneamento têm sido suficientes para a população?

Exercício 4 - Representem num gráfico de setores as receitas da Seguridade Social (Seguridade Social = Previdência Social + Saúde + Assistência Social) no primeiro semestre de 2003, conforme dados extraídos de tabela publicada na Revista de Seguridade Social n.º. 77, em 2003:

Discriminação	R\$ bilhões
Receitas do INSS	35,61
COFINS – Contr. Para Financiamento da Seguridade	27,43
CSLL – Contr. Social sobre o Lucro Líquido das empresas	8,01
CPMF – Contr. Provisória sobre Movimentação Financeira	11,23
Outras receitas	1,01
TOTAL	83,29

Representem, também, num gráfico de setores, as despesas da Seguridade Social no mesmo período, conforme a tabela, obtida na mesma fonte:

Discriminação	R\$ bilhões
Pagamento total de benefícios	47,99
Saúde	9,81
Fundo de combate à pobreza	1,49
Outras despesas	3,10
TOTAL	62,39

Comparando os resultados das tabelas deste exercício, podemos concluir que:

() há superavit de R\$.....

() há deficit de R\$.....

Parte do superavit calculado no item anterior tem sido utilizado para pagamento do serviço da Dívida Pública (juros+amortizações). É legal utilizar valores previstos para a Seguridade Social para pagamento de juros, pois a legislação permite, pelo menos até 2007, a Desvinculação das Receitas da União dos fins originários a que se destinavam no Orçamento (esse procedimento é mais conhecido pela sigla **DRU**).

- O que vocês pensam dessa legislação que permitiu a DRU?
- Quais seriam as vantagens para a população se as sobras das receitas da Seguridade Social não pudessem ser utilizadas para pagamento de juros? Onde poderia ser aplicado esse dinheiro?
- A mídia faz propaganda do deficit da Previdência Social porque compara somente as receitas do INSS com o pagamento de benefícios, ignorando as outras fontes de custeio como COFINS e CSLL, previstas na Constituição. Quem lucra com essa propaganda?

Exercício 5 - Em 1931, o Brasil devia aos Estados Unidos U\$ 143.336.998, dívida acumulada em 10 anos, contra os U\$ 490.780.383, correspondentes a 100.569.751 libras, devidos à Inglaterra após um século de empréstimos. Com base nessa informação:

- encontrem a relação entre o dólar e a libra em 1931
- encontrem a razão entre as dívidas brasileiras com os Estados Unidos e com a Inglaterra em 1931
- completem a tabela

Dívida brasileira	Dolares	% do total
Com a Inglaterra	490.780.383	?
Com os Estados Unidos	143.336.998	?
SOMA	?	100%

Exercício 6 - Vocês já devem ter lido ou ouvido a expressão “risco Brasil”. Vocês sabem o que ela significa? Se não sabem, leiam o texto abaixo:

“Risco - país” é um número que mede o grau de desconfiança dos mercados financeiros em relação a 21 países emergentes (África do Sul, Argentina, Brasil, Bulgária, Colômbia, Coréia do Sul, Egito, Equador, Filipinas, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Panamá, Peru, Polônia, Qatar, Rússia, Turquia, Ucrânia e Venezuela). Quanto mais alto for este número para determinado país, maior é a crença do mercado de que esse país pode dar um calote. Quando isso acontece, o país que tem “risco” considerado alto deve oferecer taxas de juros mais elevadas como compensação para convencer os investidores a comprar seus títulos.

Na opinião do grupo, o “risco Brasil” é justificável? Por quê?

Exercício 7 - A questão 4 do questionário inicial tinha o seguinte texto:

“Para tomar empréstimos, o Brasil oferece uma taxa de juros que vale aproximadamente:

1ª opção – () entre 5% e 10% ao ano

2ª opção – () entre 11% e 14% ao ano

3ª opção – () entre 15% e 24% ao ano

4ª opção – () mais de 25% ao ano”

- a) Façam uma tabulação das respostas dadas pela classe e apresentem o resultado preenchendo uma tabela de distribuição de frequências: absoluta, relativa e acumulada (calculam as frequências relativas nas formas decimal e percentual).
- b) Comparem as respostas dadas por sua classe com as notícias sobre as taxas de juros divulgadas nos jornais desta semana.

Exercício 8 - Pesquisem em 30 estabelecimentos comerciais da cidade os valores das taxas de juros que estão sendo praticadas na aquisição de eletrodomésticos e, a seguir:

- a) Construam uma distribuição de frequências por classes
- c) Construam um histograma
- d) Calculam as taxas que representam a média, a moda e a mediana, dando um significado para cada uma
- e) Nas suas opiniões, as taxas dos juros cobrados pelos estabelecimentos comerciais têm alguma coisa a ver com as taxas de juros da dívida pública? Justifiquem. Se não encontrarem a resposta por si mesmos, conversem com os empresários que vocês conhecem e perguntem a eles quais os fatores que levam em consideração ao estabelecer as taxas de juros que utilizam nos crediários para vender seus produtos.